



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFIM – MG

Tele. Fax: (31) 3576-1751

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DE AUTORIA DO LEGISLATIVO Nº 001, de 20 de fevereiro de 2025.

Câmara Municipal de Bonfim/MG

APROVADO

Conforme ata da Sessão:
(X) Ordinária () Extraordinária
Datada de: 13 / 03 / 25

[Assinatura]
Assinatura

Que institui o Programa Municipal de Prevenção ao Autoextermínio e de Promoção a Vida no Município de Bonfim MG.

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do Município de Bonfim/MG., o “Programa Municipal de Prevenção ao Autoextermínio e de Promoção a Vida”.

Art. 2º - O referido programa terá por objetivo ampliar a conscientização sobre o tema, capacitar cidadãos a identificar sintomas presentes entre jovens e adolescentes e adultos, e garantir o direito ao acompanhamento e à prevenção de quadros de sofrimento ou transtorno psíquicos que possam conduzir ao autoextermínio.

Art. 3º - O referido programa poderá ser desenvolvido em todos os espaços do território do Município de Bonfim MG, com prioridade nas instituições de ensino.

Art. 4º - O Programa contará com as seguintes iniciativas:

I – realização de palestras, discussões, rodas e eventos com especialistas a respeito dos desafios, dificuldades, pressões e enfrentamentos entre jovens e adolescentes e outros temas da área;

II – exposição informativa sobre os serviços e contatos do Centro de Apoio Psicossocial e de Referência da Assistência Social (CAPS/CRAS);

III – informação sobre a forma de atendimento psicológico e psiquiátrico nos serviços de saúde;

IV – formação e fortalecimento de Grupos de Apoio Psicossocial;

[Assinaturas]



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFIM – MG

Tele. Fax: (31) 3576-1751

V – outras atividades correlatas ao tema.

Art. 5º - As atividades dos Programas também poderão integrar as ações especiais do mês “Setembro Amarelo”.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário da Câmara Municipal de Bonfim, 24 de fevereiro de 2025

Alex Parreiras Rodrigues
Presidente da Câmara



**CÂMARA MUNICIPAL DE
BONFIM – MG**

Tele. Fax: (31) 3576-1751

**PARECER
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO**

Parecer Projeto de Lei Ordinária de Autoria do Legislativo nº 001/2025.

Objeto: Parecer sobre Projeto de Lei Ordinária nº 001/2025 de autoria do Legislativo: “Que Institui o Programa Municipal de Prevenção aos Autoextermínio e de Promoção a Vida no Município de Bonfim/MG, e dá outras providências”

Vistos, etc.

Foi encaminhada a esta Nobre Casa Legislativa, Projeto de Lei Ordinária que Institui o Programa Municipal de Prevenção aos Autoextermínio e de Promoção a Vida no Município de Bonfim/MG.

O Projeto de Lei em tela busca constituir políticas públicas no âmbito municipal, visando a realização de campanhas de prevenção de autoextermínio, tais como palestras e eventos com especialistas no assunto, voltado para os jovens e adolescentes.

Fundamentação Jurídica:

O presente projeto foi analisado em seus aspectos legais e constitucionais.

Insta consignar que o presente Projeto de Lei respeitou o devido processo legal, sendo ele de autoria do legislativo.

Ressalte-se que, o Vereador possui legitimidade para propor o presente Projeto de Lei, nos termos do artigo 44 da Lei Orgânica, vejamos:

Art. 44 – A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e ao eleitorado que a exercerá sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento (5%) do total do número de eleitores do Município.

De igual modo, dispõe o artigo 110 do Regimento Interno desta Casa, vejamos:

Art. 110 – A iniciativa das Leis Complementares e Ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos na forma e nos casos definidos na Lei Orgânica Municipal.

Além do mais, há previsão no artigo 42, III da Lei Orgânica do Município, para elaboração de leis ordinárias, vejamos:

Art. 42 – O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

- I – emendas à Lei Orgânica;
- II – leis complementares;
- III – leis ordinárias;**
- IV – leis delegadas;
- V – resoluções; e
- VI – decretos legislativos.

O artigo supramencionado também é tratado no artigo 108, inciso III do Regimento Interno da Câmara, in verbis:

Art. 108 – O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I – emenda à Lei Orgânica;
- II – Lei Complementar;
- III – Lei Ordinária;**
- IV – Decreto Legislativo;
- V – Resolução.

Dessa forma, o presente projeto não apresenta vício de constitucionalidade.

Em relação ao texto legal pode-se apurar que o objetivo do Projeto de Lei é constituir políticas públicas no âmbito municipal, visando a realização de campanhas de prevenção de autoextermínio, através de palestras e eventos com especialistas no assunto, voltado para os jovens e adolescentes, logo, seu texto legal se revela lícito.

A mera autorização para o Poder Executivo criar Comitê intersetorial/multidisciplinar para organizar e conduzir as ações do programa, não se revela óbice para o prosseguimento do

Reynaldo
[assinatura]
[assinatura]
[assinatura]
[assinatura]
[assinatura]

projeto em referência, posto que o projeto de lei não impõe a criação de novos cargos, ou novas contratações para o executivo, bem como não há nenhuma penalidade imposta no projeto de lei face o Poder Executivo.

Dessa forma, não se torna obrigatório a criação dos comitês, até porque o projeto poderá se desenvolver sem a criação dos comitês, através de palestras e eventos com especialistas no assunto.

Além do mais, o Projeto de Lei em referência, não traz impacto orçamentário, haja vista tratar-se apenas de uma Campanha de Prevenção, não gerando impacto no orçamento do executivo.

Logo, diante do exposto, conclui-se que o Projeto de Lei apresentado está apto à deliberação do Plenário, uma vez que está revestido das formalidades legais, nos termos deste parecer.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, manifestamo-nos pela POSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E APROVAÇÃO do projeto em tela, nos moldes em que se apresenta.

Sala das Comissões, 11 de março de 2025.



Alex Junio Teodoro Viana Silva

Presidente da Com. de Constituição, Justiça e Legislação



Agnaldo Ferreira de Amorim

Relator da Com. de Constituição, Justiça e Legislação



Décio Fernandes de Amorim

Membro Com. de Constituição, Justiça e Legislação

